UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JUPIRA TARIMÁ DE CARVALHO RONCAGLIO

IMPACTOS DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR

CURITIBA

2024

Jupira Tarimá de Carvalho Roncaglio

IMPACTOS DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Drª. Juliana Crespo Lopes

CURITIBA

2024

RESUMO

Este trabalho investiga os fatores que influenciam a permanência de trabalhadores-estudantes no ensino superior, com foco no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Por meio de uma abordagem mista, que inclui relatos autobiográficos, dados coletados junto a 82 estudantes e revisão bibliográfica, são explorados desafios como a conciliação entre trabalho e estudo, a sobrecarga física e mental, e as barreiras financeiras. Os resultados evidenciam a limitação de participação acadêmica devido a jornadas extensas, deslocamentos e horários inflexíveis, além de apontarem para a necessidade de políticas institucionais que promovam flexibilização curricular, apoio financeiro e suporte psicossocial. Este estudo busca fomentar debates sobre a inclusão e a equidade no ensino superior, contribuindo para a reflexão sobre medidas que assegurem a permanência e o aproveitamento pleno desses estudantes.

Palavras-chave: permanência no ensino superior; trabalhadores-estudantes; políticas de inclusão; flexibilização curricular; assistência estudantil.

ABSTRACT

This study investigates the factors influencing the retention of working students in higher education, focusing on the Pedagogy program at the Federal University of Paraná (UFPR). Using a mixed approach that includes autobiographical accounts, data collected from 82 students, and a literature review, the research explores challenges such as balancing work and study, physical and mental overload, and financial barriers. The results highlight limited academic participation due to long working hours, commuting, and inflexible schedules, while emphasizing the need for institutional policies that promote curriculum flexibility, financial support, and psychosocial assistance. This study aims to foster discussions on inclusion and equity in higher education, contributing to reflections on measures that ensure the retention and full engagement of these students.

Keywords: higher education retention; working students; inclusion policies; curriculum flexibility; student assistance.

SUMÁRIO

RESUMO **2**
ABSTRACT **2**
1. RELATO PESSOAL **4**
2. INTRODUÇÃO **6**
3. REVISÃO DE LITERATURA **8**
3.1. A Centralidade do Trabalho na Vida Acadêmica 10
3.2. A Sobrecarga Física e Mental 12
3.3. A Importância da Assistência Estudantil 14
3.4. Exclusão Estrutural e a Falta de Flexibilidade no Ensino Superior 15
3.5. Direitos do Trabalhador que Estuda 16
A Constituição Federal de 1988 16
Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) 17
Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008) 17
Regulamentações Específicas para a Pós-Graduação 17
Convenções Internacionais 18
4. METODOLOGIA **18**
5. RESULTADOS **19**
6. DISCUSSÃO **32**
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS **34**
8. REFERÊNCIAS **36**
9. ANEXOS **39**

1. RELATO PESSOAL

Relatar nossas histórias pessoais, como defende Bell Hooks, é um ato de resistência e afirmação. Para ela, compartilhar nossas vivências não é apenas um processo de cura, mas também uma forma de desafiar as narrativas dominantes que frequentemente marginalizam e silenciam experiências como as dos trabalhadores-estudantes. Em *Ensinando a Transgredir*, Hooks afirma que "contar nossas próprias histórias é um ato de reivindicação de identidade" (2016, p. , permitindo que experiências antes invisibilizadas sejam reconhecidas e compreendidas. Inspirada por essa perspectiva, compartilho uma pequena parcela da minha história, marcada pela tentativa constante de equilibrar múltiplas jornadas e pela luta contra a sensação de não pertencimento em um sistema educacional que não estava preparado para acolher realidades como a minha.

Minha trajetória de múltiplas jornadas teve início aos 17 anos, quando comecei a cursar o ensino médio técnico em Gestão de Pequenas e Médias Empresas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Assim como em uma graduação, o curso exigia uma carga horária de estágio obrigatório. No dia 24 de julho de 2009, iniciei meu trabalho no Departamento de Patrimônio da própria universidade, onde permaneci por um ano. É curioso refletir sobre como as coisas se desenrolaram: minha formatura do ensino médio aconteceu em 13 de agosto de 2010. Quando as aulas acabaram, já estava aprovada na graduação em Letras - Português/Inglês pela mesma instituição. As aulas da graduação começariam em 16 de agosto de 2010, mas eu já estava trabalhando novamente, dessa vez no Departamento de Construção Civil, desde 9 de agosto de 2010. Permaneci nesse departamento até maio de 2011, quando a equipe se mudou para o campus Ecoville.

Entre setembro de 2011 e maio de 2012, trabalhei na Fundação Cultural de Curitiba até ser dispensada. No mesmo mês, após pressões internas e externas, consegui meu primeiro emprego formal, com carteira assinada, em um call center, onde trabalhei até dezembro de 2012. Durante o recesso acadêmico de final de ano, trabalhei com meu pai na instalação de antenas de TV por assinatura. Em 2013, estagiei por alguns meses na Editora Fundamento, antes de ser chamada para o concurso da empresa onde trabalho até hoje, desde setembro de 2013.

De 2009 até hoje, nunca fiquei sem trabalhar por mais de um ano. Foram quase quinze anos equilibrando múltiplas jornadas de trabalho, com pouco mais de

onze deles incluindo também o trabalho nos finais de semana, conforme a escala. Isso tudo para dizer que, infelizmente, evadi. Não consegui concluir minha primeira graduação. O tempo simplesmente não existia.

Minha rotina era insustentável. Eu acordava às 6h e, com frequência, chegava atrasada. As aulas eram das 7h30 às 12h30 e, como a faculdade ficava a uma hora de distância de casa, meu horário de transporte era apertado. Trabalhava em São José dos Pinhais, das 13h às 22h, com 30 minutos de viagem, se o trânsito estivesse tranquilo. O ônibus passava por volta das 12h20 ou 12h40. Eu me via forçada a sair mais cedo da aula ou chegar atrasada todos os dias, sem tempo para almoçar, porque o tempo simplesmente não existia.

Às 22h, uma van nos coletava, levando-nos até o Terminal do Guadalupe, de onde precisava pegar dois ônibus para finalmente chegar em casa por volta da meia-noite. Ainda precisava tomar banho e me alimentar. O tempo não existia. Não havia tempo para mais nada além de uma corrida constante para manter todos os pratos equilibrados. E, eventualmente, eles caíram um a um. Não havia tempo para construir relacionamentos com os colegas, então me vi sozinha. Não havia tempo para me preparar para as aulas, para fazer atividades, para ler, e logo me vi falhando. Não existia tempo para cuidar de mim mesma, e passei a adoecer frequentemente, com enxaquecas recorrentes. Não havia tempo para processar as muitas questões da vida, e o pânico se tornou algo cotidiano sempre que entrava no prédio da universidade. Só então, percebi que precisava me dar tempo. E, sem trancar minha matrícula, sem alertas ou questionamentos, simplesmente parei.

Como será demonstrado na revisão da literatura, as consequências e efeitos vivenciados pelos trabalhadores-estudantes são diversos, os desafios ainda maiores, mas persistem na realidade de quem precisa conciliar trabalho e estudo. Esses desafios, que ainda enfrento diariamente, estão longe de ser superados: o fantasma da evasão permanece, o tempo continua a ser escasso, e a sensação de não pertencimento permanece. Como ocupar seu lugar nas dinâmicas da universidade quando o tempo simplesmente deixa de existir? Como se integrar a um espaço acadêmico quando, ao olhar ao redor, você percebe que "só você não pode"? Não participa, não se aprofunda, não conhece a área de atuação, e não vê a sua experiência ecoando nas vivências dos outros. A impermanência simbólica, de se ver e ser visto como alguém "menos", se torna uma constante na experiência do trabalhador-estudante.

Contar essa história é, como Hooks propõe, um ato de resistência e afirmação. É um esforço para finalmente tentar validar as experiências que muitas vezes são ignoradas, que ignorei, e tomar posse de algum lugar que pode ser meu dentro da universidade. Mais do que uma narrativa pessoal, é um convite à reflexão sobre as mudanças necessárias para que o sistema educacional seja mais inclusivo e acolhedor para todos.

2. INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior é amplamente reconhecido como um marco essencial para a ascensão social, o desenvolvimento pessoal e a ampliação de oportunidades no mercado de trabalho. Entretanto, esse objetivo ainda é restrito a uma parcela limitada da população brasileira, em razão de desafios estruturais, materiais, orçamentários e de pessoal que marcam profundamente as instituições de ensino superior, sobretudo as públicas. Apesar de o ingresso na universidade representar um obstáculo significativo, a questão da permanência é igualmente desafiadora, exigindo reflexões sobre as condições que assegurem não apenas o acesso, mas também a conclusão da formação acadêmica.

Nesse contexto, investigar os fatores que influenciam a permanência no ensino superior torna-se fundamental para compreender de que forma essas variáveis repercutem nas trajetórias acadêmicas dos estudantes. Entre os desafios mais expressivos, destaca-se a necessidade de conciliar múltiplas jornadas, especialmente quando essas envolvem atividades laborais que competem diretamente com as exigências acadêmicas. Trabalhadores-estudantes enfrentam a difícil tarefa de equilibrar suas responsabilidades profissionais, acadêmicas e familiares, o que configura um cenário de constante sobrecarga. No caso específico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), essa realidade suscita questionamentos sobre os impactos do trabalho na evasão e sobre as estratégias institucionais que podem ser implementadas para mitigar esses efeitos.

A presente pesquisa busca explorar essa problemática por meio de diferentes abordagens. Primeiramente, adota-se uma perspectiva autobiográfica, considerando minha experiência pessoal como trabalhadora-estudante que, ainda jovem, teve de abandonar um curso superior devido às dificuldades impostas pela dupla jornada.

Em seguida, a investigação é apoiada por dados empíricos coletados em um formulário aplicado a 82 estudantes de Pedagogia da UFPR, representando cerca de 10% do total de matriculados na modalidade presencial. Esses relatos oferecem um panorama das vivências e dificuldades enfrentadas por trabalhadores-estudantes. Por fim, a análise inclui uma revisão bibliográfica baseada em descritores como “estudante”, “trabalhador” e “ensino superior”, permitindo o embasamento teórico necessário para compreender as dinâmicas observadas.

Os resultados preliminares, obtidos tanto das reflexões iniciais quanto das contribuições dos participantes, apontam para questões centrais relacionadas à conciliação entre estudo, trabalho e disponibilidade de horários. Muitos estudantes enfrentam jornadas de trabalho extensas, deslocamentos prolongados e horários inflexíveis, que limitam sua participação em aulas e atividades extracurriculares, como projetos de pesquisa, extensão e eventos acadêmicos. Essa realidade exige a adoção de estratégias institucionais que promovam a flexibilização de horários e métodos de aprendizagem adaptativos, capazes de atender às demandas específicas dessa parcela da comunidade acadêmica.

Outro tema recorrente é o impacto das condições financeiras na permanência acadêmica. Para muitos trabalhadores-estudantes, o emprego é indispensável para arcar com despesas básicas, como moradia, alimentação e transporte, além de custos relacionados ao próprio curso. Essa dependência financeira frequentemente resulta em sobrecarga física e mental, dificultando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o engajamento em atividades complementares, como iniciação científica, grupos de estudo, estágios curriculares e demais atividades componentes de horas formativas.

Além disso, a exaustão acumulada decorrente da carga de responsabilidades compromete a disposição física e mental dos estudantes, afetando profundamente sua experiência universitária. Para muitos, a universidade deixa de ser um espaço de transformação e aprendizagem plena para se tornar um ambiente marcado por cobranças e limitações, onde a vivência acadêmica é fragmentada e restrita. Essa dinâmica é ainda mais evidente quando comparada à experiência de estudantes que possuem realidades diferentes.

As disparidades entre trabalhadores-estudantes e seus colegas tornam evidente a necessidade de medidas inclusivas. Políticas de apoio financeiro, serviços institucionais de suporte, e iniciativas voltadas para a promoção da

equidade no ambiente acadêmico são imprescindíveis para assegurar que esses estudantes tenham acesso a uma formação integral. Mais do que isso, é necessário compreender que a vivência universitária desses indivíduos não se limita ao desempenho acadêmico medido por notas, mas abrange também seu aproveitamento das oportunidades sociais e culturais proporcionadas pelo ensino superior.

Assim, este trabalho visa contribuir para a discussão sobre as condições que permitam a permanência de trabalhadores-estudantes no ensino superior. Busca-se não apenas apresentar dados e reflexões, mas também fomentar questionamentos. O objetivo não é oferecer respostas definitivas, mas abrir caminhos para debates críticos sobre a realidade enfrentada por trabalhadores-estudantes e estudantes que precisam trabalhar.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores para permanecer no ensino superior constituem uma problemática que envolve múltiplas dimensões, englobando fatores socioeconômicos, institucionais e subjetivos. De modo geral, esse grupo vem ocupando uma posição de vulnerabilidade em um sistema educacional amplamente desenhado para atender a um perfil tradicional de estudante: jovem, sem responsabilidades familiares e dedicado integralmente às atividades acadêmicas. Em contraste, esses indivíduos precisam equilibrar uma jornada dupla ou tripla que combina trabalho, estudo e, frequentemente, responsabilidades familiares, como o cuidado de filhos ou da casa. Essa realidade impõe tensões profundas, impactando a saúde física e mental, o desempenho acadêmico e, em muitos casos, culminando na evasão (Felisbino, 2020, p. 72; Oliveira Maier e Mattos, 2016, p. 180).

A sobrecarga enfrentada pelos trabalhadores-estudantes é agravada por barreiras estruturais e institucionais que tendem a não considerar suas necessidades específicas. A rigidez curricular, caracterizada pela predominância, em geral, de aulas em horários diurnos e pela oferta limitada de disciplinas optativas e atividades formativas, restringe a capacidade desses estudantes de organizar suas rotinas de forma eficaz. Como destacam Trópia e Souza (2023), “a falta de disciplinas noturnas ou remotas agrava a sobrecarga enfrentada pelos

trabalhadores-estudantes, dificultando a conciliação entre trabalho e estudo" (p. 7). Essa falta de flexibilidade não apenas compromete o desempenho acadêmico, mas também prolonga o tempo necessário para a conclusão da graduação, aumentando os custos emocionais e financeiros.

Além disso, o impacto físico e emocional da jornada múltipla é significativo. Muitos desses estudantes relatam exaustão constante, altos níveis de estresse e ansiedade devido à dificuldade de equilibrar suas responsabilidades. Oliveira Maier e Mattos (2016) apontam que "o cansaço extremo e a sobrecarga emocional decorrentes da dupla jornada acabam prejudicando o desempenho nas disciplinas" (p. 180). Essa sobrecarga é ainda mais intensa para aqueles que precisam sacrificar horas de sono ou lazer para atender às demandas acadêmicas, resultando em uma qualidade de vida comprometida e em uma maior propensão à evasão.

Considerando um trabalhador que cumpre uma jornada de oito horas diárias, com uma hora destinada ao intervalo para alimentação, e levando em conta o tempo necessário para deslocamento, já que reside em uma área periférica em relação ao seu local de trabalho, temos um total de duas horas diárias para ida e retorno. Além disso, é fundamental considerar as oito horas mínimas de sono necessárias para a manutenção da saúde e do bem-estar desse indivíduo. Com base nesse cenário, restam apenas cinco horas disponíveis das 24 horas do dia. Caso esse trabalhador opte por se envolver com o ensino superior, essas cinco horas disponíveis são rapidamente consumidas. Não há tempo remanescente para alimentação entre as jornadas de trabalho, para atividades de lazer, para cuidados com a casa, família ou filhos, e muito menos para estudo ou acompanhamento das leituras fora da sala de aula. Esse contexto reflete não apenas a minha realidade pessoal, mas também a de muitos colegas que enfrentam desafios semelhantes.

Embora políticas públicas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa de Bolsa Permanência (PROBEM) tenham sido implementadas para oferecer suporte, seus impactos ainda são insuficientes. O PROBEM, por exemplo, desempenha um papel crucial ao proporcionar auxílio financeiro e maior flexibilidade para os bolsistas, permitindo que conciliem trabalho e estudo. Como relata um estudante no estudo "*Entre Frágeis e Durões",* de Jardel Pelissari Machado, "se eu tenho prova, por exemplo, durante a semana, eles me liberam e daí eu pago essas horas depois. [...] Isso é uma das grandes vantagens da bolsa permanência" (p. 21). Contudo, o alcance limitado e os valores insuficientes

das bolsas não conseguem atender plenamente às demandas dos trabalhadores-estudantes, como aponta um outro relato em Felisbino (2020): “Sem uma bolsa de estudos, eu simplesmente não conseguia pagar o transporte e a alimentação. Não é só sobre estudar, é sobre sobreviver” (p. 65).

Outro desafio enfrentado por esses estudantes é o preconceito institucional e a exclusão simbólica. Muitos relatam atitudes discriminatórias por parte de professores e colegas, que os percebem como menos comprometidos com a vida acadêmica devido às limitações impostas pelo trabalho. Um exemplo citado por Felisbino (2020) ilustra esse cenário: “Um professor disse em sala: quem trabalha, levanta a mão... vocês não irão concluir o curso!” (p. 72). Essas experiências reforçam um sentimento de inadequação e desvalorização, intensificando a exclusão e afetando negativamente a autoestima desses indivíduos.

Diante desse contexto, a permanência dos trabalhadores-estudantes exige mudanças estruturais no ensino superior. A flexibilização curricular é uma das medidas mais urgentes. Como apontam Vargas e Paula (2013), “a criação de programas específicos para trabalhadores-estudantes, associados a suporte pedagógico e psicológico, pode reduzir significativamente os índices de evasão” (p. 465). Além disso, é necessário fortalecer as políticas de assistência estudantil, ampliando o número de beneficiários e aumentando os valores das bolsas para garantir condições adequadas de permanência.

3.1. A Centralidade do Trabalho na Vida Acadêmica

A relação entre trabalho e vida acadêmica ocupa um lugar central na trajetória dos trabalhadores-estudantes, influenciando diretamente suas escolhas, aspirações e dificuldades. Para muitos desses indivíduos, o trabalho é uma constante em suas vidas antes mesmo do ingresso no ensino superior. Como aponta o estudo “Entre Frágeis e Durões”, “grande parte [dos estudantes] trabalhava antes de ingressar na universidade, ou mesmo antes de concluírem o ensino médio” (p. 15). Essa conexão precoce com o trabalho revela que, para muitos, a necessidade de contribuir para o sustento familiar ou garantir a própria sobrevivência ultrapassa o caráter eventual, tornando-se uma condição estrutural.

A vivência no mercado de trabalho, ainda que muitas vezes precária e exaustiva, molda as perspectivas desses estudantes em relação à universidade e à

educação. Para eles, a universidade é frequentemente vista como uma oportunidade de mobilidade social, uma via para sair de um ciclo de dificuldades econômicas. Contudo, a condição de trabalhador-estudante também carrega uma série de desafios e contradições. De acordo com um dos entrevistados por Eliane Felisbino, no livro “Infelizmente, a federal não é para todos": “Eu tinha que escolher entre estudar ou trabalhar para pagar minhas contas. A universidade não oferece flexibilidade suficiente, e isso me forçou a sair” (p. 58). Essa fala exemplifica como a ausência de políticas institucionais adaptadas às necessidades desse público contribui para uma lógica de exclusão, onde a permanência no ensino superior é dificultada pelas condições de trabalho e pelo modelo educacional inflexível.

O papel do trabalho na vida desses estudantes também está intimamente ligado às dinâmicas familiares. Muitos deles não trabalham apenas para sustentar suas próprias necessidades, mas também para complementar a renda familiar, desempenhando um papel importante na economia doméstica. Como destaca Machado, “o que é obtido pelo estudante com seu trabalho possui papel importante na renda familiar. Para estudar, é preciso deixar essa parte da renda em função de um objetivo a ser atingido a longo prazo” (p. 18). Esse dado aponta para um dilema frequente enfrentado por esses estudantes: sacrificar a contribuição imediata para a família em prol de um objetivo de longo prazo. Essa dinâmica muitas vezes exige não apenas esforço individual, mas também uma decisão coletiva, onde a família assume o custo de sustentar o estudante em busca de um futuro melhor.

Essa realidade é agravada pela desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Muitos trabalhadores-estudantes estão inseridos em ocupações precarizadas, com jornadas extensas, baixos salários e poucas garantias. Essas condições laborais comprometem ainda mais sua capacidade de dedicar tempo e energia aos estudos. O impacto desse cenário na vida acadêmica é profundo: reduz o tempo disponível para atividades como leitura, pesquisa e participação em projetos acadêmicos de extensão e limita sua interação com o ambiente universitário.

A pressão econômica enfrentada por esses estudantes também afeta suas expectativas em relação ao ensino superior. Para muitos, o diploma universitário é visto como um meio para alcançar estabilidade financeira e melhores condições de vida. Essa percepção é reforçada pelo contexto social em que estão inseridos, onde a universidade é associada a uma oportunidade única de mobilidade social. Contudo, as condições para alcançar esse objetivo são frequentemente adversas, e

os obstáculos enfrentados no percurso podem transformar o sonho da graduação em um processo frustrante e excludente.

Além disso, o trabalho não apenas interfere na rotina acadêmica, mas também influencia a maneira como esses estudantes se posicionam dentro da universidade. Observa-se que as histórias de vida desses indivíduos “impactaram em suas concepções, valores e nos sentidos atribuídos/assumidos à/pela universidade” (Machado, 2011, p. 16). Muitos desses estudantes enxergam a educação superior de forma pragmática, como um instrumento para melhorar suas condições de vida, mas também enfrentam tensões identitárias ao perceberem que o ambiente acadêmico, em grande parte, não está estruturado para acolhê-los.

A universidade, por sua vez, tende a tratar o trabalho desses estudantes como um fator externo, ignorando que ele é uma parte intrínseca de suas trajetórias. Essa desconexão entre as políticas institucionais e as necessidades dos trabalhadores-estudantes reforça a exclusão e dificulta a permanência. Para muitos desses indivíduos, a falta de flexibilidade na organização curricular, somada às condições de trabalho, cria barreiras quase intransponíveis para o sucesso acadêmico.

3.2. A Sobrecarga Física e Mental

A conciliação entre trabalho e estudo é um dos maiores desafios enfrentados pelos trabalhadores-estudantes, impondo uma sobrecarga física e mental que afeta diretamente sua saúde, seu desempenho acadêmico e sua qualidade de vida. Essa realidade é consequência direta de uma jornada dupla – ou mesmo tripla, quando somadas responsabilidades familiares – que muitas vezes ultrapassa os limites do que seria humanamente suportável. Essa sobreposição de responsabilidades, além de extenuante, é agravada pela ausência de políticas institucionais que possam aliviar ou adaptar as exigências acadêmicas à realidade desse grupo.

Como aponta Oliveira Maier e Mattos (2016), “o cansaço extremo e a sobrecarga emocional decorrentes da dupla jornada acabam prejudicando o desempenho nas disciplinas” (p. 180). O impacto dessa rotina exaustiva é profundo, afetando tanto o aprendizado quanto a capacidade de acompanhar o ritmo das atividades acadêmicas. Muitas vezes, os trabalhadores-estudantes têm de sacrificar horas de sono, lazer e convivência familiar para cumprir as exigências de seus

cursos, o que resulta em um estado de estresse contínuo. Esse cenário contribui para a redução da concentração, a dificuldade em assimilar conteúdos e a queda no desempenho geral, fatores que frequentemente levam à reprovação ou evasão.

Os relatos de desmotivação e estresse são recorrentes entre os trabalhadores-estudantes. No estudo “Entre Frágeis e Durões”, um participante relatou: “Desde cedo também as necessidades de trabalhar [...] fazem parte da vida desses estudantes” (p. 18). Essa frase evidencia como a rotina de trabalho é uma constante na vida desses indivíduos, mesmo antes de ingressarem na universidade, moldando suas expectativas e experiências acadêmicas. No entanto, ao ingressarem no ensino superior, eles se deparam com um sistema que pouco reconhece ou acomoda essa realidade, reforçando a exclusão e intensificando os impactos negativos em sua saúde mental.

A questão do preconceito institucional também agrava os problemas enfrentados por esses estudantes, afetando diretamente sua autoestima e motivação. Essa desvalorização, por parte de alguns docentes e colegas, gera um sentimento de inadequação e exclusão, que contribui para a evasão e afeta a forma como esses estudantes percebem a si mesmos no ambiente acadêmico.

O impacto emocional dessa exclusão é significativo. Muitos trabalhadores-estudantes relatam altos níveis de estresse e ansiedade, decorrentes não apenas das demandas da jornada dupla, mas também da sensação de não pertencimento ao espaço universitário. Machado (2011) aponta que esses estudantes frequentemente se sentem alienados, uma vez que “a instituição parece projetada para quem não precisa trabalhar” (p. 22).

Outro aspecto crítico da sobrecarga física e mental enfrentada pelos trabalhadores-estudantes é a falta de tempo para o autocuidado e para atividades que promovam bem-estar. O tempo destinado ao estudo e ao trabalho frequentemente elimina as possibilidades de práticas esportivas, lazer ou mesmo acompanhamento médico regular, o que contribui para o agravamento de condições físicas e psicológicas. Essa rotina intensa também compromete os relacionamentos interpessoais, isolando ainda mais esses estudantes de suas redes de apoio, como amigos e familiares.

Além disso, a sobrecarga mental tem impactos diretos no desempenho acadêmico. Como aponta Gerardo (2008), em seu estudo sobre estudantes de Medicina, “os trabalhadores-estudantes apresentaram um índice de reprovação

significativamente maior em comparação aos colegas que não trabalhavam, evidenciando o impacto direto da carga de trabalho no desempenho acadêmico" (p. 22). Esses dados evidenciam que, sem suporte institucional adequado, a conciliação entre trabalho e estudo se torna insustentável para muitos, levando ao abandono do curso como única solução viável.

3.3. A Importância da Assistência Estudantil

As políticas de assistência estudantil, especialmente programas como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa de Bolsa Permanência (PROBEM), desempenham um papel central na mitigação das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores-estudantes. Esses mecanismos têm como objetivo oferecer suporte financeiro e estrutural para permitir que estudantes de baixa renda permaneçam na universidade e concluam seus cursos. Contudo, apesar de sua relevância, esses programas enfrentam limitações que comprometem sua eficácia, demandando uma análise mais detalhada de seus impactos e insuficiências.

O PROBEM é frequentemente apontado como uma das políticas mais importantes para os estudantes trabalhadores. Ele não apenas proporciona auxílio financeiro, mas também flexibiliza as condições de trabalho para os bolsistas. Como aponta Machado (2011), "a inserção no PROBEM possibilita que os estudantes possam ter condições de se manterem na universidade e de se dedicarem ao estudo, sem terem que optar entre ele ou o trabalho" (p. 20). A relevância desse suporte é especialmente evidente em casos onde a renda do estudante contribui significativamente para o orçamento familiar, como destacado por um participante: "Se eu tenho prova, por exemplo, durante a semana, eles me liberam e daí eu pago essas horas depois. [...] Isso é uma das grandes vantagens da bolsa permanência" (p. 21).

Esse depoimento evidencia a importância de programas que reconhecem a necessidade de flexibilidade para os estudantes trabalhadores. O PROBEM, ao oferecer essa adaptabilidade, cria condições mínimas para que eles possam conciliar suas responsabilidades acadêmicas e laborais. Entretanto, a abrangência e os recursos desses programas ainda estão longe de atender às necessidades de todos os estudantes que se enquadram nesse perfil.

Apesar de sua relevância, o PROBEM e outros programas de assistência

estudantil enfrentam limitações significativas, tanto em termos de cobertura quanto de impacto financeiro. Muitos trabalhadores-estudantes relatam que os valores das bolsas são insuficientes para cobrir as despesas básicas, como transporte, alimentação, moradia e materiais acadêmicos. Essa situação é agravada pelo aumento do custo de vida nas cidades onde estão localizadas as universidades, especialmente nas capitais. Como ressalta Eliane Felisbino, “sem uma bolsa de estudos, eu simplesmente não conseguia pagar o transporte e a alimentação. Não é só sobre estudar, é sobre sobreviver” (Infelizmente, a federal não é para todos, p. 65). Esse depoimento ilustra como a assistência financeira, embora essencial, ainda não alcança o patamar necessário para garantir condições dignas de permanência.

Além disso, o número limitado de bolsas disponíveis cria uma competição acirrada entre os estudantes, deixando muitos trabalhadores-estudantes sem acesso a esse benefício. Essa restrição não só reforça as desigualdades, mas também impede que o programa alcance seu objetivo de inclusão plena. Machado (2011) destaca que, para muitos estudantes, a exclusão do programa de bolsas significa ter que priorizar o trabalho, o que frequentemente resulta em abandono do curso ou desempenho acadêmico comprometido (p. 22).

3.4. Exclusão Estrutural e a Falta de Flexibilidade no Ensino Superior

Um dos principais desafios enfrentados pelos trabalhadores-estudantes é a falta de flexibilidade nas grades curriculares, que geralmente exigem uma carga horária fixa, com aulas e atividades concentradas em horários pouco acessíveis para aqueles que trabalham. Como apontado por Trópia e Souza (2023), “a falta de disciplinas noturnas ou remotas agrava a sobrecarga enfrentada pelos trabalhadores-estudantes” (p. 7). Essa rigidez obriga muitos estudantes a abandonar o curso ou a reduzir sua carga horária acadêmica, prolongando ainda mais o tempo necessário para a conclusão da graduação.

Essa limitação também dificulta o acesso a atividades extracurriculares, como projetos de extensão, monitorias e iniciação científica, que muitas vezes ocorrem durante o dia. Um depoimento citado por Eliane Felisbino exemplifica esse problema: “Não consegui participar de projetos de extensão porque os horários não batiam com o meu trabalho” (p. 73). Essa incompatibilidade não apenas restringe o aprendizado desses estudantes, mas também reduz suas chances de desenvolver

competências práticas e ampliar suas oportunidades profissionais.

A exclusão estrutural enfrentada pelos trabalhadores-estudantes não é apenas uma questão de horários ou formatos, mas também de atitudes institucionais que reforçam estigmas e preconceitos contra esse grupo. Esse preconceito muitas vezes é institucionalizado, manifestando-se em políticas e práticas que tratam o trabalhador-estudante como uma exceção, e não como parte integrante do corpo discente. Essa percepção reflete um problema estrutural: o modelo universitário brasileiro, em sua maioria, está enraizado em um ideal de estudante que pode se dedicar integralmente às atividades acadêmicas, ignorando as realidades econômicas e sociais de uma parcela significativa dos alunos.

Essa exclusão simbólica também se traduz na falta de representatividade e de espaços de escuta para os trabalhadores-estudantes. Muitas vezes, suas vozes não são consideradas na formulação de políticas institucionais, resultando em decisões que reforçam as desigualdades e dificultam ainda mais sua permanência. A combinação de exclusão prática e simbólica resulta em uma experiência acadêmica fragmentada, onde o estudante trabalhador é frequentemente tratado como um "visitante" no ambiente universitário, em vez de um participante pleno.

3.5. Direitos do Trabalhador que Estuda

Diversos dispositivos legais foram criados para proteger os direitos desses trabalhadores-estudantes, mas ainda existem lacunas que impactam negativamente sua experiência acadêmica.

A Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 estabelece as bases para os direitos sociais no Brasil. O artigo 6º inclui o trabalho e a educação como direitos sociais fundamentais, enquanto o artigo 205 reforça que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da sociedade. Esses dispositivos criam a obrigação de proporcionar condições para que o trabalhador-estudante possa exercer plenamente ambos os direitos

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

Embora a CLT inclua normas específicas para trabalhadores que estudam sob regime de jovem aprendiz, conforme artigos 424 a 433. Porém, para o estudante trabalhador do ensino superior apenas o artigo 468 pode ser citado, quando diz que:

> "Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.". (BRASIL, 1943)

Nesse sentido, com a possibilidade de legalmente permitir ajustes na jornada de trabalho para respeitar horários escolares e proteger contra alterações prejudiciais, essas medidas não contemplam explicitamente as necessidades dos estudantes de pós-graduação. Trabalhadores que cursam mestrado ou doutorado muitas vezes enfrentam jornadas intensas, sem previsão legal para adaptações compatíveis com suas demandas acadêmicas.

Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008)

A Lei do Estágio regula estágios no ensino superior, mas não aborda estágios ou atividades de pesquisa na pós-graduação. A falta de previsão específica para estudantes de mestrado e doutorado que dependem de bolsas de pesquisa ou exercem atividades vinculadas às suas áreas de estudo limita o alcance dessa legislação.

Regulamentações Específicas para a Pós-Graduação

Apesar da ausência de legislação trabalhista específica, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estabelecem regras para bolsas de estudo. Essas regras, como a exclusividade para bolsistas, impedem que muitos estudantes de pós-graduação conciliem trabalho formal com suas atividades acadêmicas, gerando conflitos financeiros e estruturais.

A **Portaria CAPES nº 133/2023** trouxe atualizações importantes ao

regulamentar as condições para a concessão e manutenção de bolsas de estudo na pós-graduação stricto sensu. Entre as mudanças, a portaria flexibilizou parcialmente as regras de exclusividade, permitindo que bolsistas desenvolvam atividades remuneradas, desde que vinculadas ao programa de pós-graduação e previamente aprovadas pelas instituições de ensino. Essa medida representa um avanço significativo na tentativa de equilibrar as demandas financeiras e acadêmicas desses estudantes.

Convenções Internacionais

O Brasil é signatário de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como a Convenção 138 e a Convenção 182, que reforçam a proteção ao desenvolvimento educacional. Contudo, essas convenções não tratam das especificidades do ensino superior ou da pós-graduação, indicando uma lacuna na regulamentação internacional sobre o tema.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso faz parte de uma pesquisa maior parte chamada “Universidade inclusiva: novos olhares sobre o perfil discente”. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE n° 70694823.8.0000.0214 e aprovada com o Parecer número 6.214.692 emitido em 02/08/2023. Como ferramenta de juntada de informações foi construído um questionário utilizando a ferramenta Microsoft Forms, por meio de formulário eletrônico contendo vinte perguntas de resposta não obrigatória, incluindo o aceite do Termo de Consentimento livre e esclarecido. Dessas, dezessete eram perguntas de múltipla escolha e três eram de respostas abertas, conforme anexo 1. O público alvo da pesquisa consistiu em estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná, tanto do turno matutino quanto do turno noturno.

Inicialmente foi realizado um questionário piloto para avaliar a coerência das perguntas propostas, tempo de resposta, clareza, coesão e aplicabilidade, com respostas de seis egressos da UFPR, dos cursos de Pedagogia, Gestão Pública, Psicologia e Nutrição. Os resultados obtidos durante o piloto foram desprezados.

O formulário eletrônico permaneceu disponível para recebimento de respostas por 90 dias, a contar da aprovação do questionário piloto, e foi divulgado em grupos de mensagem via WhatsApp, e-mail enviado pela coordenação do curso de Pedagogia e em postagem eletrônica no Instagram oficial do projeto.

5. RESULTADOS

Pergunta 2 - Quantos anos você tem?

70% dos respondentes têm entre 16 a 25 anos, 16% dos respondentes têm mais de 36 anos e 15% dos respondentes têm entre 26 e 35 anos.

Figura 1 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 2

Pergunta 3 - Com qual gênero você se identifica?

88% dos participantes se identificam como o gênero feminino, 10% com o gênero masculino e 2% de identificam como não binário.

Figura 2 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 3

Pergunta 4 - Qual curso você faz?

Esta pergunta foi inserida para garantir que fossem utilizadas apenas as respostas estudantes de Pedagogia da UFPR . Obtivemos uma resposta de estudante de outro curso, que foi descartada para manutenção do público alvo definido.

Pergunta 5 - Em qual ou quais turnos você estuda?

57% dos respondentes estudam no período noturno, enquanto que 42% estudam no período matutino, com apenas 1% tendo registrado estudar também no período vespertino.

Figura 3 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 5

Pergunta 6 - Você trabalha? (Trabalho formal/informal/autônomo, estágio)

67% dos respondentes disseram que trabalham de 20 a 30 horas por semana, 26% trabalham 40 horas ou mais por semana, 5% não trabalham e 2% trabalham menos de 20 horas por semana.

Dos 82 respondentes, 93% trabalham ao menos 20h semanais, o que, considerando possíveis tempos de deslocamento, limita o tempo disponível para atividades de preparação para as aulas, aprofundamento, extensão e pesquisa,

consequentemente limitando também a experiência acadêmica em si. Derivando dessa realidade, é possível a ocorrência de “descolamento” do trabalhador estudante de sua identidade estudantil.

Figura 4 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 6

Pergunta 7 - Se sim, seu ganho é essencial para a sua composição de renda familiar?

62% dos estudantes responderam que o ganho é essencial na composição da renda familiar, enquanto que 30% responderam que o ganho não é essencial e 7% responderam que não se aplica pois, ou não trabalham, ou trabalho não é remunerado.

Desses 62% que afirmaram que o ganho financeiro é essencial para a composição familiar, 89% declararam não conseguir aproveitar as oportunidades de ensino, pesquisa e extensão.

Figura 5 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 7

Pergunta 8 - Você considera que sua prioridade no momento seria:

52% dos respondentes descreveu que a prioridade seria o trabalho, enquanto 37% respondeu que seria o estudo. 11% dos respondentes escolheu a opção “Outra” como prioritária. Aqui temos respostas majoritariamente considerando que as duas

dimensões devem ser igualmente prioritárias.

Dos 52% que indicaram que o trabalho é sua prioridade no momento, 89% afirmaram não conseguir aproveitar as oportunidades de ensino, pesquisa e extensão.

Figura 6 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 8

Pergunta 9 - Você considera que seu trabalho influencia seu rendimento acadêmico?

61% responderam que o trabalho influencia negativamente no rendimento acadêmico, 32% responderam que influencia positivamente no rendimento Acadêmico, 5% responderam que não se aplica e 2% responderam que o trabalho não influencia de nenhuma forma.

Dos 61% que afirmaram que o trabalho tem uma influência negativa no rendimento acadêmico, 92% consideram que também não conseguem aproveitar as oportunidades de ensino, pesquisa e extensão.

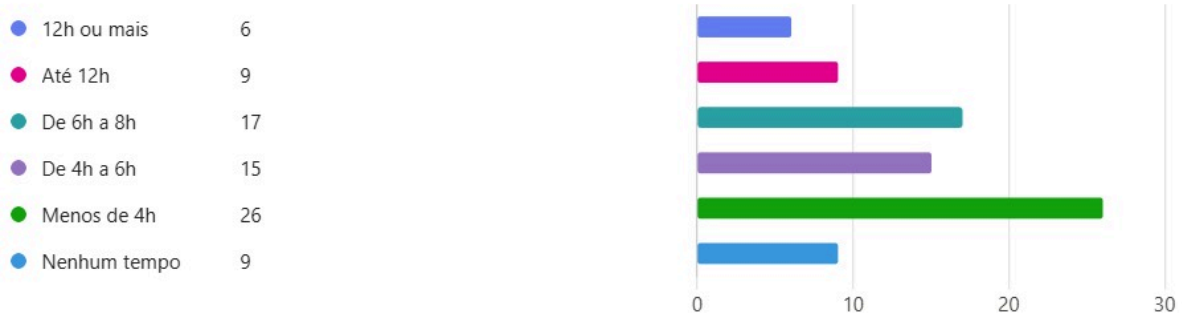
Figura 7 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 9

Pergunta 10 - Quanto tempo você tem por semana para dedicar às atividades estudantis para além das aulas?

De acordo com as respostas obtidas, 26 participantes afirmaram que dispõem de menos de quatro horas semanais para se dedicar a atividades além do curso

regular. Outros 17 participantes têm entre 6 e 8 horas disponíveis, enquanto 15 informaram que possuem de 4 a 6 horas por semana. Nove respondentes indicaram que podem dedicar até 12 horas semanais, e seis participantes afirmaram que têm 12 horas ou mais. Em relação aos respondentes com menos de quatro horas semanais, que representam 32% do total, 97% relataram que não conseguem aproveitar as oportunidades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pela UFPR.

Figura 8 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 10



Pergunta 11 - Você já pensou em desistir do curso?

Do total de respondentes, 71% afirmaram que sim, enquanto 29% responderam que não.

Dos 71% que afirmaram já ter considerado desistir do curso, 88% relataram que também não conseguem aproveitar as oportunidades de ensino, pesquisa e extensão disponibilizadas pela UFPR.

Figura 9 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 11

Pergunta 12 - Caso sim, assinale os motivos que te fizeram pensar em desistência/trancamento:

Demandas financeiras: Aparece como o fator mais destacado, com 33 respondentes indicando esse elemento como uma barreira.

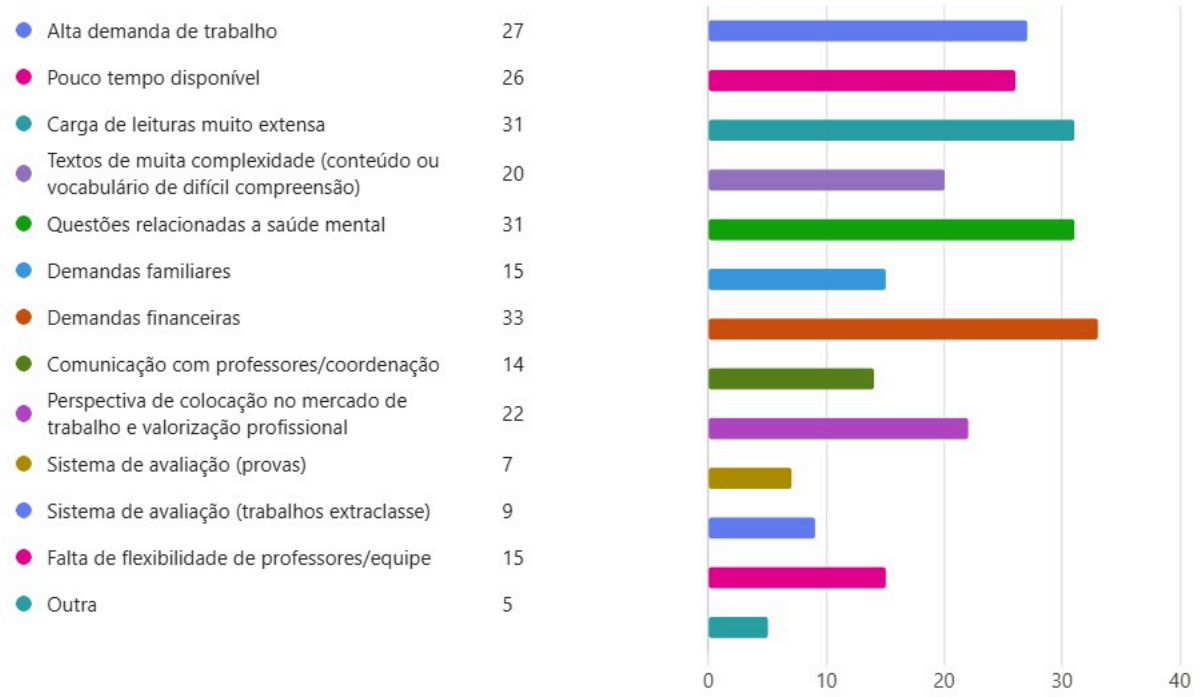
Questões relacionadas à saúde mental e Carga de leituras muito extensa: Ambas foram apontadas por 31 pessoas, mostrando que o impacto psicológico e o volume de trabalho acadêmico são desafios significativos.

Outros desafios frequentemente mencionados:

Alta demanda de trabalho (27) e Pouco tempo disponível (26) também figuram entre os fatores críticos, reforçando as dificuldades de conciliar trabalho e estudo.

Textos de muita complexidade (20) e Perspectiva de colocação no mercado de trabalho e valorização profissional (22) refletem preocupações tanto com o conteúdo acadêmico quanto com a aplicação prática do aprendizado.

Figura 10 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 12



<u>Pergunta 13 - Você considera que consegue aproveitar bem as possibilidades de extensão, ensino e pesquisa oferecidas pela UFPR?</u>

84% dos respondentes disse que não consegue aproveitar bem as possibilidades de extensão, enquanto que 16% responderam que conseguem esse aproveitamento.

Figura 11 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 13

Pergunta 14 - Elenque o quanto cada um dos fatores listados afeta negativamente o seu aproveitamento de possibilidades de extensão, ensino e pesquisa (horas formativas, eventos, PIBID).

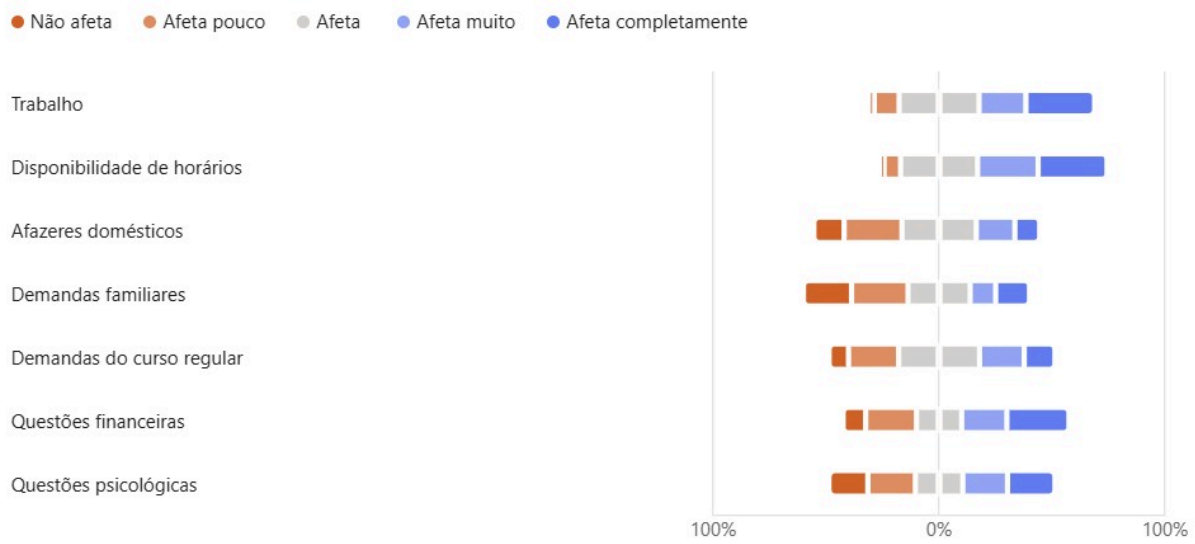
Fatores que mais afetam os estudantes

Questões psicológicas - Este fator apresenta uma concentração maior nas categorias "Afeta muito" e "Afeta completamente", indicando que a saúde mental tem um impacto significativo na vida acadêmica dos estudantes. Isso reflete a necessidade de suporte emocional e psicológico no contexto educacional.

Questões financeiras - Os dados também apontam que questões financeiras afetam fortemente os estudantes, com uma distribuição notável entre "Afeta muito" e "Afeta completamente". A pressão financeira pode prejudicar tanto o desempenho quanto a permanência dos alunos.

Demandas do curso regular - Este fator aparece com impacto relevante, principalmente nas categorias de maior intensidade, como "Afeta" e "Afeta muito". A carga do curso, como avaliações, trabalhos e leituras, está diretamente ligada à percepção de dificuldade.

Figura 12 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 14



Pergunta 15 - Pensando na sua vivência na UFPR, considere os elementos e determine o nível de influência positiva de cada um deles na permanência dentro da universidade e melhor aproveitamento (curso regular e outros).

Os fatores mais destacados como altamente influentes ("Influencia muito" e "Influencia completamente") incluem:

Flexibilidade de horários e curricular: Esses itens aparecem como essenciais para o ajuste das demandas acadêmicas à realidade de estudantes que conciliam trabalho e estudo.

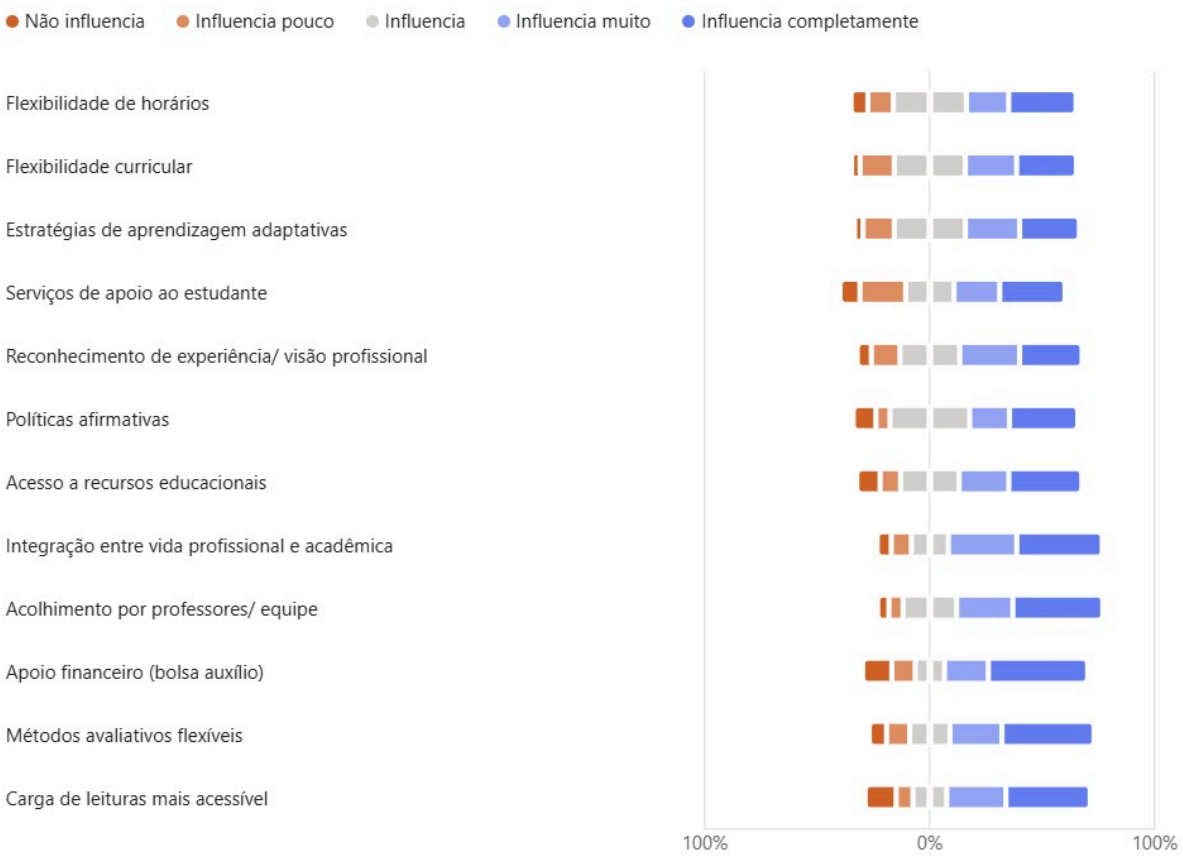
Serviços de apoio ao estudante e estratégias de aprendizagem adaptativas: São frequentemente avaliados como elementos que "Influenciam muito" ou "Completamente", indicando a importância de suporte institucional.

Acesso a recursos educacionais e políticas afirmativas: Refletem a necessidade de medidas concretas que possibilitem o engajamento acadêmico, especialmente para alunos em condições de vulnerabilidade.

Apoio financeiro e métodos avaliativos flexíveis: Esses fatores são fortemente citados como influentes, reforçando a demanda por uma abordagem mais acessível e adaptada às condições socioeconômicas dos estudantes.

Carga de leituras mais acessível: Aparece como outro fator relevante, apontando para a necessidade de ajustes nas exigências acadêmicas para que sejam compatíveis com o tempo disponível dos estudantes.

Figura 13 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 15



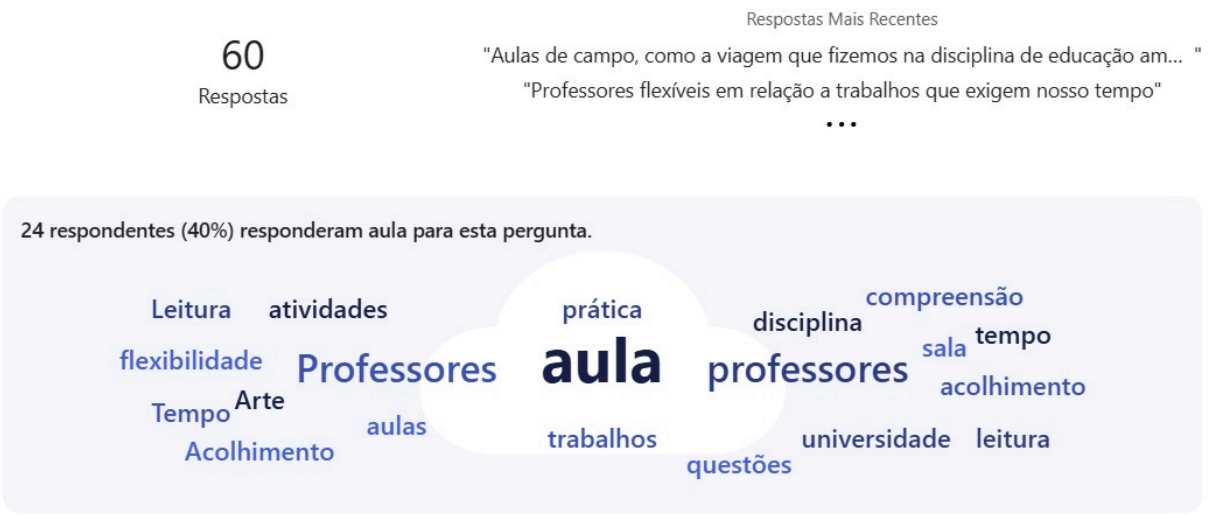
Pergunta 16 - Cite pelo menos um exemplo positivo de prática didático-pedagógica que você já vivenciou aqui na UFPR. (Vivências em sala de aula, propostas por professores ou equipe pedagógica, que sejam positivas para o estudante - acolhimento, práticas não convencionais, etc)

A relação entre a nuvem de palavras e os pontos destacados nas respostas fornecidas sobre as práticas didático-pedagógicas positivas vivenciadas na UFPR reflete a centralidade da interação professor-aluno na promoção de experiências educativas significativas. A predominância do termo "aula", associado a palavras como "professores", "acolhimento", "flexibilidade", "atividades" e "compreensão", evidencia que os estudantes valorizam práticas ativas e criativas no processo de aprendizagem. Isso inclui aulas interativas e dinâmicas, que promovem maior participação e criatividade dos alunos, além de práticas que incluem atividades concretas e aplicadas, como visitas a campo e trabalhos que conectam o conteúdo à prática.

A presença de termos como "acolhimento" e "flexibilidade" reforça a importância de professores que adaptam suas metodologias às necessidades individuais dos alunos, criando um ambiente mais acessível e empático. Além disso,

palavras como "compreensão", "tempo" e "professores" destacam o papel de docentes que demonstram empatia e oferecem suporte acadêmico e emocional, contribuindo para uma experiência mais acolhedora. Embora não explicitamente mencionado na imagem, o destaque dado ao termo "aula" também pode estar relacionado à adoção de metodologias inovadoras, que tornam o aprendizado mais envolvente e significativo. Assim, a nuvem de palavras traduz a percepção dos estudantes sobre os elementos que tornam as práticas educacionais mais eficazes e satisfatórias no contexto universitário.

Figura 14 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 16



Pergunta 17 - Utilize este espaço para comentários acerca de questões que dificultam sua aprendizagem na universidade.

A relação entre os termos constantes na nuvem de palavras e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da universidade evidencia os principais desafios que afetam o aprendizado. A predominância do termo "professores", junto a palavras como "trabalhos", "tempo", "sala", "atividades", "falta", e "didática", reflete preocupações recorrentes dos alunos com a carga de trabalho excessiva e a rigidez em relação a prazos, que tornam difícil equilibrar os estudos com outras responsabilidades. A "falta" de flexibilidade e compreensão por parte de alguns professores é um ponto destacado, especialmente para alunos que trabalham ou enfrentam questões pessoais complexas.

A presença de termos como "carga", "excesso", e "extensas" reforça a percepção de sobrecarga acadêmica, enquanto palavras como "didática" e "aula"

sugerem a necessidade de uma abordagem mais acessível e interativa nas práticas de ensino. Além disso, "coordenação" e "universidade" indicam dificuldades na comunicação institucional, que impactam a relação entre os alunos e a estrutura acadêmica.

Figura 15 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 17

Pergunta 18 - Você conhece as iniciativas oferecidas pela UFPR para auxílio à permanência de estudantes? Segundo Site da PRAE (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis):
O PROBEM, criado para apoiar os estudantes com fragilidade socioeconômica que precisam de auxílio financeiro para se manter no curso é constituído pelos seguintes benefícios, isolados ou em composição: Auxílio Permanência, Auxílio Refeição, Auxílio Moradia e Auxílio Creche. Também acolhimento psicológico, atendimento pedagógico, atendimento social, apoio a eventos, envio de trabalhos, entidades estudantis, Promisaes, Celin.

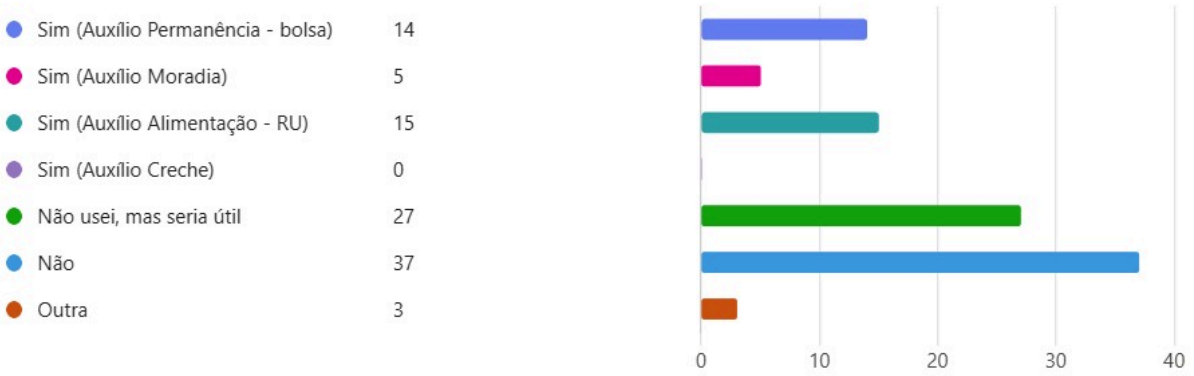
79% dos respondentes declaram conhecer as iniciativas de auxílio à permanência, enquanto 21% negam conhecimento dessas.

Figura 16 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 18

Pergunta 19 - Você já utilizou alguma ou algumas dessas iniciativas?

37 estudantes informaram não ter utilizado nenhuma das iniciativas, 27 indicaram não ter utilizado, mas consideraram importante, 15 mencionaram ter utilizado o auxílio alimentação, 14 responderam ter utilizado o auxílio permanência (bolsa), e 5 afirmaram ter utilizado o auxílio-moradia.

Figura 17 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 19



Pergunta 20 - Você considera que as iniciativas oferecidas pela UFPR são suficientes e/ou efetivas para a permanência dos estudantes?

61% dos respondentes alegam que as iniciativas oferecidas não são suficientes, 24% respondeu que sim, são suficientes. Os 15% restantes responderam “Outros”, e obtivemos respostas mistas informando que deveriam ser mais divulgadas, entre outros;

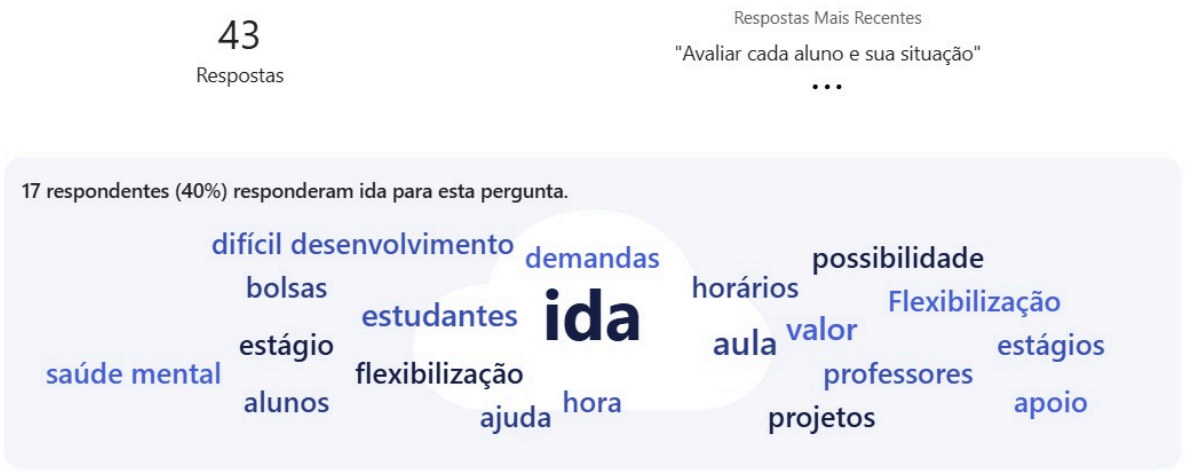
Figura 18 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 20

Pergunta 21 - Cite iniciativas que você considere importantes, que a UFPR poderia implementar, pensando em evitar a evasão no ensino superior.

Os termos destacados na imagem 19 refletem os principais pontos das sugestões dos estudantes sobre as iniciativas que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) poderia adotar para combater a evasão no ensino superior. O termo "ida", em associação com "bolsas", "flexibilização", "apoio" e "saúde mental", aponta para a demanda por suporte financeiro, acadêmico e psicológico. A necessidade de aumentar os auxílios estudantis, como o auxílio alimentação, moradia e permanência, é enfatizada pelas palavras "bolsas" e "ajuda", sugerindo que a universidade deve melhorar os mecanismos de apoio estudantil, visando minimizar fatores que impedem os alunos de dedicarem-se aos estudos de maneira satisfatória.

Além disso, a presença de termos como "flexibilização", "horários" e "possibilidade" destaca a urgência de adaptar os horários e prazos acadêmicos para atender os alunos que conciliam trabalho e estudo, reiterando a necessidade de maior compreensão por parte dos professores. A ênfase em "saúde mental" e "apoio" sublinha a importância de expandir os serviços psicológicos e criar um ambiente mais acolhedor, que auxilie os estudantes no enfrentamento do estresse e da ansiedade gerados pela vida acadêmica.

Figura 19 - representação gráfica das respostas obtidas na pergunta 21



6. DISCUSSÃO

A análise dos dados revela não apenas as dificuldades práticas que os trabalhadores-estudantes enfrentam no ensino superior, mas também as complexas questões estruturais, emocionais e sociais que configuram o cenário de sua vivência acadêmica. Esses estudantes, que conciliam trabalho e estudo, estão inseridos em um sistema educacional que, em grande medida, não foi concebido para atender às suas necessidades. Como resultado, enfrentam barreiras significativas que limitam sua capacidade de aproveitar as oportunidades oferecidas pelas universidades e comprometem sua permanência no ensino superior.

Os dados coletados revelam uma estrutura acadêmica rígida, mesmo em um curso como o de Pedagogia, que não leva em consideração as realidades dos trabalhadores-estudantes, configurando um ambiente educacional que, em vez de promover a inclusão, acaba por ser excludente. Dados revelam que 57% dos respondentes estudam no período noturno e 42% no período matutino. Dessa forma, a predominância de aulas optativas em horários diurnos, as condições para validação de horas complementares e a escassez de alternativas flexíveis no currículo são desafios diretos para aqueles que precisam dedicar uma quantidade significativa de horas ao trabalho. Isso resulta em um ciclo de adaptação forçada, onde muitos estudantes se veem obrigados a escolher entre o trabalho e o estudo, o que muitas vezes culmina na redução de sua carga horária acadêmica ou até mesmo no abandono do curso. As propostas para mitigar ou dirimir essa rigidez incluem a criação de métodos avaliativos mais flexíveis e a adaptação dos prazos

acadêmicos, levando em consideração as condições de vida e as dificuldades enfrentadas por esse público (Figura 21).

Esse modelo rígido não permite que os estudantes conciliem suas responsabilidades de forma eficaz. Como mostrado pelos dados, 67% dos estudantes trabalham entre 20 e 30 horas semanais, e 26% trabalham 40 horas ou mais, o que torna quase impossível dedicar tempo suficiente para atividades extracurriculares, como pesquisa, extensão e aprofundamento nos conteúdos (Figura 6). A sobrecarga resultante dessas longas jornadas de trabalho e estudo impede que esses estudantes aproveitem as oportunidades acadêmicas de maneira integral, o que, como apontado por Oliveira Maier e Mattos (2016), prejudica seu desempenho acadêmico e reduz sua participação em atividades que poderiam enriquecer sua formação (p. 180).

Além das questões estruturais, a sobrecarga de trabalho e estudo também impõe sérios impactos sobre a saúde mental dos trabalhadores-estudantes. Os dados mostram que 61% dos respondentes consideram que o trabalho tem uma influência negativa em seu desempenho acadêmico, refletindo a pressão emocional e psicológica resultante da necessidade de conciliar as exigências do mercado de trabalho com as responsabilidades acadêmicas (Figura 9). A sobrecarga emocional e o estresse elevados são fatores recorrentes entre esse grupo, que frequentemente relata cansaço extremo, ansiedade e dificuldades para manter o foco nos estudos.

Esse desgaste físico e emocional é um reflexo direto de uma jornada que exige a máxima dedicação, muitas vezes em detrimento do bem-estar pessoal. Como indicam os dados, 52% dos trabalhadores-estudantes relatam que sua prioridade no momento é o trabalho, o que coloca o estudo em segundo plano (Figura 8). Para esse grupo, a prioridade de manter o sustento da família ou de garantir a própria sobrevivência financeira muitas vezes se sobrepõe ao desejo de se aprofundar nos estudos ou participar de atividades acadêmicas.

A questão financeira se coloca como uma das maiores barreiras para os trabalhadores-estudantes. De acordo com os dados, 62% dos estudantes afirmaram que o ganho obtido com o trabalho é essencial para a composição da renda familiar (Figura 7). Esse dado evidencia a estreita relação entre o trabalho e a sobrevivência econômica desses estudantes, que dependem de sua renda para se manter no curso. A pressão financeira, portanto, se configura como uma das principais causas da dificuldade de permanência desses indivíduos na universidade. Felisbino (2020)

observa que a falta de uma rede de apoio financeiro mais robusta e a baixa cobertura dos programas de assistência contribuem para a evasão dos estudantes que mais necessitam de suporte (p. 65).

Embora a UFPR ofereça algumas iniciativas de apoio à permanência dos estudantes, como o PROBEM, 61% dos respondentes indicaram que essas medidas não são suficientes para garantir sua permanência no curso (Figura 20). A necessidade de aumentar os auxílios estudantis, como o auxílio alimentação, moradia e permanência, é amplamente destacada pelos estudantes. Muitos participantes relataram que os valores dessas bolsas não são suficientes para cobrir as despesas básicas, como transporte, alimentação e moradia.

Portanto, além do aumento dos valores das bolsas, é necessário ampliar o número de beneficiários, considerando os estudantes que, apesar de sua condição de vulnerabilidade, não conseguem ser contemplados pelos programas existentes. A criação de iniciativas complementares, como auxílios para transporte e creche, também poderia aliviar a carga financeira que pesa sobre esses estudantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre os impactos do trabalho na formação docente no curso de Pedagogia da UFPR revelou desafios significativos enfrentados pelos trabalhadores-estudantes, que precisam equilibrar suas responsabilidades acadêmicas e profissionais. Os dados coletados por meio de um formulário aplicado a 82 estudantes indicam que a maioria deles trabalha entre 20 e 40 horas semanais, com 67% dos respondentes trabalhando de 20 a 30 horas por semana e 26% entre 40 horas ou mais. Esses números demonstram que a carga de trabalho impacta diretamente no desempenho acadêmico, limitando a participação em atividades essenciais como ensino, pesquisa e extensão, além de comprometer a saúde física e mental dos estudantes.

A sobrecarga de responsabilidades, resultante da conciliação entre trabalho e estudo, é visível nas respostas, com 61% dos estudantes afirmando que o trabalho influencia negativamente seu rendimento acadêmico e 92% dessa mesma parcela indicando que não conseguem aproveitar as oportunidades oferecidas pela universidade. Mesmo que o curso de Pedagogia e, consequentemente, alguns de seus professores, demonstrem uma maior flexibilidade compreensão quanto às

realidades dos trabalhadores que estudam, em especial no turno da noite, a falta de maleabilidade curricular, com a predominância de aulas em horários fixos e a escassez de disciplinas optativas, por exemplo, em turnos alternativos intensifica essas dificuldades. Além disso, a insuficiência de políticas de assistência estudantil adequadas, como relatado por 79% dos estudantes, é um fator crítico que contribui para a evasão e dificulta a permanência no ensino superior.

Outro dado relevante é que 62% dos participantes afirmaram que a renda proveniente do trabalho é essencial para a composição da renda familiar, o que reforça a dependência econômica que leva muitos a priorizar o trabalho em vez dos estudos. Esta realidade agrava ainda mais a sobrecarga emocional, já que os estudantes não conseguem dedicar tempo suficiente para preparação para as aulas, realização de atividades acadêmicas e interação com colegas, criando um ambiente de isolamento social e acadêmico.

A pesquisa destaca a necessidade urgente de políticas institucionais que promovam a flexibilização curricular, ampliem os auxílios financeiros e ofereçam ampliação do suporte psicossocial. A implementação dessas medidas, como sugerido por 84% dos respondentes que indicaram a falta de tempo como um dos maiores obstáculos à participação plena na universidade, pode ser fundamental para criar um ambiente acadêmico mais inclusivo e acolhedor, reconhecendo as especificidades dos trabalhadores-estudantes, uma vez que a permanência desses sujeitos no ensino superior depende de ações concretas que adaptem as condições acadêmicas às realidades multifacetadas desses indivíduos.

8. REFERÊNCIAS

TRÓPIA, Patrícia Vieira; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 34, n. [], p. 1-29, mar. 2023. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0033. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/S3ZQy57p6XDSrv5GZHzCfkS/?lang=pt. Acesso em: 21 ago. 2024.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [S.L.], v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772013000200012. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W2124074893. Acesso em: 21 ago. 2024.

MAIER, Suellen Rodrigues de Oliveira; MATTOS, Magda de. O TRABALHAR E O ESTUDAR NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: uma abordagem com trabalhadores-estudantes. **Saúde (Santa Maria)**, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 179-185, 30 jun. 2016. Universidade Federal de Santa Maria. http://dx.doi.org/10.5902/2236583420477. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/20477. Acesso em: 10 out. 2024.

GOMES, Gabriella Masulo; COSTA, Gabriela da Silva Dias; REIS, Maria Carollina Padilha Montenegro. A realidade do trabalhador-estudante pelo olhar de quem vive em “trabalhar e estudar: subjetividades, lutas e afetos⁝. **Trabalho (En)Cena**, [S.L.], v. 9, n. , p. 1-13, 11 set. 2024. Universidade Federal do Tocantins. http://dx.doi.org/10.20873/2526-1487e024040. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W4402464032. Acesso em: 10 out. 2024.

REIS, Roseli Souza dos Nunes; VENTURA, Thiago Meirelles. *A permanência na educação superior: múltiplos olhares*. **Educação e Fronteiras**, v. 6, n. 16, 2016. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W2889904534. Acesso em: 15 set. 2024.

MESQUITA, Maria Cristina Dutra; ALMEIDA, Renato Barros de; MOHN, Rodrigo Fideles Fernandes. Acesso à educação superior no Brasil. ***Revista Fragmentos de Cultura***, v. 32, n. 4, 2023. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W4399059378. Acesso em: 15 set. 2024.

NASCIMENTO, Milena Costa; IRIART, Mirela Figueiredo. A trajetória do aluno-trabalhador frente às trajetórias, desafios, conquistas, para o processo de adaptação à vida acadêmica na Universidade Estadual de Feira de Santana. ***Anais do Seminário de Iniciação Científica***, v. 25, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W4308616098. Acesso em: 10 out. 2024.

GERARDO, Ana Domingos António da Silva; MATEUS, Miguel Santana Bettencourt. Relação entre a condição de trabalhador-estudante e o insucesso académico: Faculdade de Medicina, Universidade Agostinho Neto, 6º Ano, 2007/2008. ***Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical***, v. 20, 2021. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W3214864494. Acesso em: 10 out. 2024.

OLIVEIRA MAIER, Suellen Rodrigues de; MATTOS, Magda de. O trabalhar e o estudar no contexto universitário: uma abordagem com trabalhadores-estudantes. ***Saúde (Santa Maria)***, v. 42, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W2345146361. Acesso em: 10 out. 2024.

FELISBINO, Eliane. *"Infelizmente, a Federal não é para todos": desvelando desigualdades na educação superior a partir da percepção do estudante evadido dos cursos da UFPR*. 2024. **Tese (Doutorado em Educação)** — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/87266?show=full. Acesso em: 03 nov. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinar a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 1. ed. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2016.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 dez. 2024.

Brasil. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 17 dez. 2024.

Brasil. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 17 dez. 2024.

Brasil. Portaria CAPES nº 133, de 28 de julho de 2023. Regulamenta as condições para a concessão e manutenção de bolsas de estudo na pós-graduação stricto sensu. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jul. 2023. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=12302#anchor. Acesso em: 17 dez. 2024.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Convenção n.º 138, sobre a Idade Mínima para Admissão ao Emprego. Adotada em Genebra, 26 jun. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5. Acesso em: 17 dez. 2024.

FORMULÁRIO eletrônico autoral. Disponível em: https://forms.office.com/r/i9rjzJjaXy. Acesso em: 17 dez. 2024.

9. ANEXOS

Identificação de Perfil

Análise do perfil de estudantes de Pedagogia da UFPR

A pesquisa objetiva investigação e análise do perfil geral de estudantes.
Os dados obtidos serão utilizados para compor trabalho de conclusão de curso que se propõe a problematizar a relação entre estudantes que trabalham e a evasão, os limites e possibilidades dentro da universidade.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Pesquisadora responsável: Juliana Crespo Lopes

Título do Projeto: Universidade inclusiva: novos olhares sobre o perfil discente
Local da Pesquisa: Setor de Educação da UFPR
Endereço: Campus Teixeira Soares, Rua Rockefeller nº 57 – Rebouças. Curitiba – PR
Orientanda: Jupira Tarima de Carvalho Roncaglio

Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga prejuízo algum.
A pesquisa intitulada "Universidade inclusiva: novos olhares sobre o perfil discente" tem como objetivo promover um espaço de formação continuada na docência da Educação Superior que contemple as diversidades e demandas de estudantes. A pesquisa será desenvolvida entre os anos de 2023 e 2026.
Participando do estudo você está sendo convidado/a a: Responder, anonimamente, às perguntas deste questionário no Forms Office. Você demorará menos de 10 minutos para respondê-lo. As perguntas não são de resposta obrigatória, mas agradecemos se puder responder a todas. Endereços de e-mail e qualquer outra forma de identificação não estão sendo coletados. As respostas serão armazenadas por cinco anos, em local seguro em um registro que não possibilite sua identificação.

Desconfortos e riscos:
i) Desconfortos e riscos: Não existem riscos previstos com a participação na pesquisa. Porém, conteúdos psicológicos podem ser acionados durante ou após responder ao questionário.
ii) Providências e cautelas: Caso você deseje, pode interromper sua participação na pesquisa a qualquer tempo.
iii) Forma de assistência e acompanhamento: Caso necessário, você poderá utilizar os serviços de atendimento psicológico da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis PRAE/UFPR
iv) Benefícios: Participando da pesquisa você colaborará para que a UFPR seja uma instituição mais inclusiva com todos/as os/as seus/suas estudantes.
Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade da pesquisadora responsável (Resol. 466/2012 e 510/2016).

Sigilo e privacidade: Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado. Forma de armazenamento dos dados: arquivo digital em mídia externa.
Ressarcimento e indenização: Uma vez que o preenchimento de um questionário online não gera despesas, não estão previstos ressarcimentos ou indenizações. Porém, diante de eventual dano recorrente da pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora principal através do e-mail: juliana.crespo@ufpr.br.
Resultados da pesquisa: Você terá garantia de acesso aos resultados da pesquisa. Além de divulgações públicas na UFPR, você pode enviar e-mail à pesquisadora principal para receber os resultados da pesquisa.

Ao avançar para a próxima página deste questionário você permite que suas respostas no questionário seja utilizadas anonimamente para fins didáticos e/ou de pesquisa.

1

Você aceita responder?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Você pode ter acesso a uma versão em pdf deste TCLE clicando https://docs.google.com/document/d/1sWNi07bBLlzEPxoBWg64tL_ZyVQx9R3-IikRW84VMfw/edit?usp=drive_link

Contato:
Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Professora Juliana Crespo Lopes do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Setor de Educação da UFPR. Endereço: Edifício D. Pedro I, sala 412. E-mail: juliana.crespo@ufpr.br e telefone (41) 98710-6262, orientanda: jupira.roncaglio@gmail.com.
Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br.
O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.
Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE nº 70694823.8.0000.0214 e aprovada com o Parecer número 6.214.692 emitido em 02/08/2023.

2

Quantos anos você tem?

- ◯ 16 a 25
- ◯ 26 a 35
- ◯ Mais do que 36

3

Com qual gênero você se identifica?

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino
- ◯ Não binário
- ◯ Prefiro não dizer
- ◯ Outra

4

Qual curso você faz?

5

Em qual ou quais turnos você estuda?

- [ ] Manhã
- [ ] Tarde
- [ ] Noite

6

Você trabalha? (Trabalho formal/informal/autônomo, estágio)

- ◯ Sim (40h ou mais por semana)
- ◯ Sim (20h a 30h por semana)
- ◯ Sim (menos de 20h por semana)
- ◯ Não
- ◯ Outra

7

Se sim, seu ganho é essencial para a sua composição de renda familiar?

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

8

Você considera que sua prioridade no momento seria:

- ◯ Trabalho
- ◯ Estudo
- ◯ Outra

9

Você considera que seu trabalho influencia seu rendimento acadêmico?

- ◯ Sim, influencia negativamente
- ◯ Sim, influencia positivamente
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

10

Quanto tempo você tem por semana para dedicar às atividades estudantis para além das aulas?

- ◯ 12h ou mais
- ◯ Até 12h
- ◯ De 6h a 8h
- ◯ De 4h a 6h
- ◯ Menos de 4h
- ◯ Nenhum tempo

11

Você já pensou em desistir do curso?

- ◯ Sim
- ◯ Não

12

Caso sim, assinale os motivos que te fizeram pensar em desistência/trancamento:

- [ ] Sistema de avaliação (provas)
- [ ] Falta de flexibilidade de professores/equipe
- [ ] Demandas financeiras
- [ ] Demandas familiares
- [ ] Questões relacionadas a saúde mental
- [ ] Sistema de avaliação (trabalhos extraclasse)
- [ ] Carga de leituras muito extensa
- [ ] Comunicação com professores/coordenação
- [ ] Alta demanda de trabalho
- [ ] Pouco tempo disponível
- [ ] Perspectiva de colocação no mercado de trabalho e valorização profissional
- [ ] Textos de muita complexidade (conteúdo ou vocabulário de difícil compreensão)
- [ ] Outra

13

Você considera que consegue aproveitar bem as possibilidades de extensão, ensino e pesquisa oferecidas pela UFPR?

- ◯ Não
- ◯ Sim

14

Elenque o quanto cada um dos fatores listados afeta negativamente o seu aproveitamento de possibilidades de extensão, ensino e pesquisa (horas formativas, eventos, PIBID).

	Não afeta	Afeta pouco	Afeta	Afeta muito	Afeta completa
Trabalho	○	○	○	○	○
Disponibilidade de horários	○	○	○	○	○
Afazeres domésticos	○	○	○	○	○
Demandas familiares	○	○	○	○	○
Demandas do curso regular	○	○	○	○	○
Questões financeiras	○	○	○	○	○
Questões psicológicas	○	○	○	○	○

15

Pensando na sua vivência na UFPR, considere os elementos e determine o nível de influência positiva de cada um deles na permanência dentro da universidade e melhor aproveitamento (curso regular e outros).

	Não influencia	Influencia pouco	Influencia	Influencia muito	Influer completa
Flexibilidade de horários	○	○	○	○	○
Flexibilidade curricular	○	○	○	○	○
Estratégias de aprendizagem adaptativas	○	○	○	○	○
Serviços de apoio ao estudante	○	○	○	○	○
Reconhecimento de experiência/ visão profissional	○	○	○	○	○
Políticas afirmativas	○	○	○	○	○
Acesso a recursos educacionais	○	○	○	○	○
Integração entre vida profissional e acadêmica	○	○	○	○	○
Acolhimento por professores/ equipe	○	○	○	○	○
Apoio financeiro (bolsa auxílio)	○	○	○	○	○
Métodos avaliativos flexíveis	○	○	○	○	○
Carga de leituras mais acessível	○	○	○	○	○

16

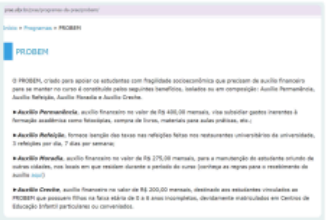
Cite pelo menos um exemplo positivo de prática didático-pedagógica que você já vivenciou aqui na UFPR. (Vivências em sala de aula, propostas por professores ou equipe pedagógica, que sejam positivas para o estudante - acolhimento, práticas não convencionais, etc)

17

Utilize este espaço para comentários acerca de questões que dificultam sua aprendizagem na universidade.

18

Você conhece as iniciativas oferecidas pela UFPR para auxílio a parmanência de estudantes? Segundo Site da PRAE (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis):
O PROBEM, criado para apoiar os estudantes com fragilidade socioeconômica que precisam de auxílio financeiro para se manter no curso é constituído pelos seguintes benefícios, isolados ou em composição: Auxílio Permanência, Auxílio Refeição, Auxílio Moradia e Auxílio Creche. Também acolhimento psicológico, atendimento pedagógico, atendimento social, apoio a eventos, envio de trabalhos, entidades estudantis, Promisaes, Celin



PROBEM

- Não
- Sim

19

Você já utilizou alguma ou algumas dessas iniciativas?

- [ ] Não usei, mas seria útil
- [ ] Sim (Auxílio Creche)
- [ ] Sim (Auxílio Alimentação - RU)
- [ ] Não
- [ ] Sim (Auxílio Moradia)
- [ ] Sim (Auxílio Permanência - bolsa)
- [ ] Outra

20

Você considera que as iniciativas oferecidas pela UFPR são suficientes e/ou efetivas para a permanência dos estudantes?

- Sim
- Não
- Outra

21

Cite iniciativas que você considere importantes, que a UFPR poderia implementar, pensando em evitar a evasão no ensino superior.

Este conteúdo não é criado nem endossado pela Microsoft. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário.

Microsoft Forms